

O agronegócio é o seguinte

Gastos públicos e dívida agrícola

A crise da agricultura brasileira golpeou seriamente a área de grãos, em particular, a soja, o seu carro-chefe. A situação derruba a atividade econômica das grandes regiões centrais do País. O comércio retrai-se e a arrecadação de impostos despenca. As vendas de insumos e máquinas atolaram e, para a safra 2006/07, a tendência é de uma nova queda de área. A bonança do período de 1999-2004 ficou para trás e deixou seqüelas em seu rastro.

Diferentemente do que ocorreu em meados da década passada, quando uma ampla negociação dos débitos conseguiu revitalizar o setor, agora somente isso não será suficiente. Uma parcela enorme do crédito rural foi destinada a investimentos e o seu retorno não deve ocorrer a médio prazo.

Um dos pontos mais críticos é o endividamento. Nesse sentido, é fundamental apurar o nível de subsídios concedidos pelas políticas públicas à agricultura. Um setor responsável por um saldo comercial de mais de US\$ 100 bilhões em três anos merece uma atenção especial e à altura da sua importância para o País. De 2000 a 2005, o foco das despesas governamentais foi em ações de curto prazo, sem priorizar a pesquisa e a infra-estrutura, elementos indispensáveis para sustentar a competitividade do agronegócio.

Em meio a esse turbilhão, emerge uma polêmica que se arrasta desde 2001. Trata-se da controvérsia conhecida como a “guerra das farinhas”. Corre um projeto no Congresso que prevê a adição de 10% de farinha de mandioca refinada, de farinha de raspa de mandioca ou de fécula de mandioca à farinha de trigo. A cadeia produtiva da triticultura reagiu com indignação. O momento não é bom para ninguém: tanto a produção de mandioca como a de trigo não mostram resultado comercial favorável e devem diminuir suas áreas de plantio. O assunto é polêmico e requer uma rigorosa análise técnica e científica.

Outra polêmica diz respeito ao Decreto nº 50.889, de 16 de junho de 2006, em São Paulo, que dispõe sobre a manutenção, recomposição, condução, regeneração na-

tural e compensação da área de Reserva Legal de imóveis rurais no estado. Um assunto incômodo, que face à sua amplitude, cabe analisar os seus impactos sobre a estrutura produtiva da agropecuária paulista, em termos de renda e de pessoal ocupado no meio rural.

Na área de bioenergia, avalia-se o impacto do consumo de biocombustíveis sobre as tradicionais lavouras de milho e da soja. A previsão é de pressão nas cotações desses produtos para os próximos anos. No caso do milho, isso já deve ocorrer na safra 2006/07. Na União Européia, com o fim do regime açucareiro, dezenas de fabricantes de açúcar fecharam suas portas, enquanto brotam plantas para a produção de etanol. Ruim para a beterraba, bom para a colza, as principais matérias primas para a fabricação desses produtos.

Muito se comenta hoje sobre a qualidade e a inocuidade dos alimentos. A questão do alimento seguro tornou-se um estigma e a palavra-chave para o produtor é manter-se nos mercados e abrir novas janelas de oportunidades. Cadeias de distribuidores exigem dos exportadores respeito ao meio ambiente e às condições de trabalho, higiene e saúde dos trabalhadores. Na produção de alimentos, temas como rastreabilidade e nível mínimo de resíduos passaram a integrar a agenda básica. *Agroanalysis* apresenta a iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, em parceria com as instituições públicas e o setor produtivo, em promover articulações para a integração dos programas institucionais.

Para concluir, os cumprimentos sinceros e o reconhecimento do esforço despendido por Roberto Rodrigues à frente do MAPA. Muitas iniciativas foram tomadas para adequar o Estado a uma visão global do agronegócio. Os melhores resultados da história comercial do setor foram conquistados na sua administração e serviram para dar esteio econômico ao País. Ao ministro que assume, Luís Carlos Guedes Pinto, nossos votos de uma gestão bem-sucedida.